

CURSOS DE EXTENSÃO EaD NA FORMAÇÃO PRESENCIAL DE PROFESSORES DE QUÍMICA: UMA EXPERIÊNCIA EM INCLUSÃO E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

DISTANCE LEARNING EXTENSION COURSES IN THE IN-PERSON TRAINING OF CHEMISTRY TEACHERS: AN EXPERIENCE IN INCLUSION AND HUMAN RIGHTS EDUCATION

CURSOS DE EXTENSIÓN A DISTANCIA EN LA FORMACIÓN PRESENCIAL DE PROFESORES DE QUÍMICA: UNA EXPERIENCIA DE INCLUSIÓN Y EDUCACIÓN EN DERECHOS HUMANOS

Andréa Silva do Nascimento¹

RESUMO: Este relato discorre sobre a experiência formativa realizada nas unidades curriculares obrigatórias: “Educação em Direitos Humanos”, “Inclusão na Educação”, do Curso de Licenciatura em Química do IFRJ, campus Duque de Caxias, e contou com a participação de 56 e 81 alunos inscritos, respectivamente. O objetivo foi estimular os futuros professores à leitura nas áreas de inclusão educacional e direitos humanos, com o apoio dos conteúdos proporcionados por plataformas digitais (EV. G, AVAMEC, Aprenda Mais e IFRS). Propôs-se a realização de curso em formato EaD, de 20 a 40 horas, oferecido de modo gratuito por instituições públicas. O planejamento propõe que cada estudante finalize seu curso, apresente seu certificado e participe de uma atividade avaliativa (autoavaliação) presencial referente a ele, em diálogo com os objetivos da unidade curricular. A realização destes cursos não foi obrigatória, pois o estudante pôde optar por outro instrumento avaliativo. A avaliação processual e formativa configurou-se na apresentação de um seminário (trabalho coletivo) e na realização desta atividade extensionista. A experiência docente na licenciatura alinha-se às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial dos Professores (Brasil, 2024) no que tange: ao uso de Tecnologias de Informação e Comunicação; à educação na perspectiva inclusiva; à ética profissional; e compreensão sobre seu papel no contexto de desigualdades educacionais, sociais e econômicas.

Palavras-chave: Extensão EaD. Inclusão. Educação em Direitos Humanos. Licenciatura. Instituto Federal.

¹Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ). Docente Titular das disciplinas pedagógicas do Curso de Licenciatura em Química do IFRJ/ Campus Duque de Caxias. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.

ABSTRACT: This report discusses the educational experience carried out within the mandatory courses "Human Rights Education" and "Inclusion in Education" as part of the Chemistry Licenciature degree program at IFRJ (Duque de Caxias campus), involving 56 and 81 enrolled students, respectively. The objective was to encourage future teachers to engage with readings on educational inclusion and human rights, utilizing content provided by digital platforms (EV.G, AVAMEC, Aprenda Mais, and IFRS). Students were invited to take free distance learning courses, ranging from 20 to 40 hours, offered by these public institutions. As part of the course planning, students were required to complete the chosen course by the end of the semester, present their certificate, and participate in an in-person assessment activity (self-assessment) that linked the course content to the specific objectives of the university subject. Participation in these external courses was optional, as students could choose an alternative assessment method. The overall assessment process was formative and continuous, comprising a seminar presentation (group work) and the completion of this outreach activity. Thus, this teaching experience within the degree program aligns with the National Curriculum Guidelines for Initial Teacher Training (Brazil, 2024) regarding the use of Information and Communication Technologies, inclusive education, professional ethics, and an understanding of the teacher's role within the context of educational, social, and economic inequalities.

Keywords: Distance learning extension. Inclusion. Human rights education. Teacher training degree. Federal Institute.

RESUMEN: Este relato aborda la experiencia formativa desarrollada en las asignaturas obligatorias "Educación en Derechos Humanos" e "Inclusión en la Educación", pertenecientes a la Licenciatura en Química del IFRJ (campus Duque de Caxias), en las que participaron 56 y 81 estudiantes inscritos, respectivamente. El objetivo fue fomentar en los futuros docentes la lectura sobre inclusión educativa y derechos humanos, apoyándose en contenidos ofrecidos por plataformas digitales (EV.G, AVAMEC, Aprenda Mais e IFRS). Se propuso realizar un curso en modalidad de educación a distancia (EaD), de entre 20 y 40 horas de duración, ofrecido gratuitamente por dichas instituciones públicas. En la planificación, al finalizar el semestre, cada estudiante completaba su curso, presentaba el certificado y participaba en una actividad de evaluación presencial (autoevaluación) vinculada a los objetivos de la asignatura. La realización de estos cursos no era obligatoria, ya que el estudiante podía optar por otro instrumento de evaluación. La evaluación, de carácter procesual y formativo, consistió en la presentación de un seminario (trabajo colectivo) y en la realización de esta actividad de extensión. De este modo, la experiencia docente en la licenciatura se alinea con las Directrices Curriculares Nacionales para la Formación Inicial de Profesores (Brasil, 2024) en aspectos como: el uso de Tecnologías de la Información y la Comunicación; la educación desde una perspectiva inclusiva; la ética profesional; y la comprensión de su papel en el contexto de las desigualdades educativas, sociales y económicas.

Palavras chave: Extensão em educação a distância. Inclusão. Educação em direitos humanos. Licenciatura. Instituto Federal.

INTRODUÇÃO

Este relato se insere no contexto do Curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), localizado na cidade de

Duque de Caxias, na região do Estado do Rio de Janeiro. A Lei nº 11.892/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais, priorizando, dentre suas missões institucionais, a oferta de cursos de formação de professores para a área da Educação Básica, com destaque para as áreas das Ciências da Natureza e da Matemática (IFRJ, 2019). Dessa forma, o IFRJ oferta cursos voltados para a formação de professores em Biologia, em Computação, em Química, em Física e em Matemática, distribuídos nos seus 15 campi. Assim, o curso de Licenciatura em Química, lócus da experiência docente descrita neste artigo, iniciou suas atividades em 2006 e faz parte da vocação do referido campus, cuja oferta prioriza a área de Química, de Petróleo e Gás, de Polímeros e de Informática, em cursos que englobam os níveis e modalidades: ensino médio técnico integrado e integrado na modalidade Educação de Jovens e Adultos, ensino profissionalizante no formato concomitante e cursos de nível superior (bacharelado e licenciatura).

Nesse cotidiano acadêmico, embora se reconheça a relevância da área pedagógica para a formação docente, a desvalorização social da formação de professores reverbera na hierarquização dos seus saberes. Desse modo, os conteúdos curriculares intrinsecamente relacionados aos saberes docentes são secundarizados em detrimento dos saberes da área específica. Entretanto, a atividade da docência não é uma habilidade que surge do nada, como já mencionou Paulo Freire: “[...] ninguém começa a ser professor numa certa terça-feira às 4 horas da tarde. [...]” (Freire, 1991, p. 58). Na perspectiva freireana, o educar se forma na prática e na reflexão sobre a prática.

A docência é constituída por saberes, igualmente importantes, distribuídos em três eixos: saberes pedagógicos, saberes das humanidades e saberes específicos da área de atuação (Lima e Pimenta, 2006). Qualquer nível de hierarquização empobrece o perfil profissional e abandona o futuro professor à sua sorte.

Diante deste cenário, este texto discorre sobre as experiências formativas que vêm sendo realizadas, desde 2023, no âmbito das unidades curriculares obrigatórias: “Educação em Direitos Humanos” (EDH) e “Inclusão na Educação” (IE), com carga horária de 27 horas cada, ofertadas no 3º e 7º períodos, respectivamente, do curso de Licenciatura em Química. Estes componentes fazem parte da sua grade curricular e são pertencentes ao conjunto dos saberes da docência. Importante destacar que a experiência baseou-se na participação de 81 alunos inscritos em “Inclusão na Educação” e 56 inscritos em “Educação em Direitos Humanos”.

Ambas as unidades requerem uma participação discente ativa em sala de aula através dos debates mediados pela professora. Cumpre destacar que uma de suas avaliações (duas, no total) relaciona-se à apresentação de seminário de temas relacionados aos conteúdos curriculares em diálogo com a futura atuação do (a) professor (a) de Química. Dessa maneira, a metodologia, dentre outros aspectos, investe na prática pedagógica de ensino, já prevista no projeto pedagógico do referido curso.

O protagonismo discente é potencializado pela relação entre teoria e prática, e pelo debate qualificado proporcionado pela leitura das respectivas referências bibliográficas e correlações com as demais leituras que enriquecem a experiência, constituindo-se, sobremaneira, em um laboratório de formação de professores ao considerar que seja imperativo que estes futuros profissionais desenvolvam seu repertório acadêmico e suas habilidades de comunicação: aguardar seu turno de fala, concordar ou discordar com o estabelecimento de uma relação mutuamente respeitosa entre participantes, elaborar e expor seu pensamento através de argumentos e ideias claras, coerentes, coesas e embasadas. Neste ponto, a emergência da leitura é condição *sine qua non* para a compreensão dos conceitos trabalhados em ambas as disciplinas.

O campo empírico profissional identificou dificuldades relacionadas à incorporação da leitura dos textos no cotidiano discente, em um contexto específico, que se tornou um, dentre os principais desafios das disciplinas ora lecionadas: leitura das referências bibliográficas pelos estudantes inscritos. A carência do ato de ler impacta no pensamento e no desenvolvimento da escrita e exclui o reconhecimento de que áreas que versam sobre inclusão educacional e educação em direitos humanos abarcam campos teóricos autóctones.

A triangulação ensino-pesquisa-extensão configurou-se em oportunidade ímpar para o alcance dos objetivos propostos referenciados nas unidades curriculares, pois a articulação entre atividades da sala de aula, a realização de cursos extensionistas na modalidade EaD e a pesquisa para apresentação de seminários culminou na prática pedagógica orientada à análise e à problematização de situações reais da docência da Educação Básica.

DESENVOLVIMENTO

A formação de professores faz parte de um projeto de democratização do ensino e, com o aumento da demanda ao lado do desinteresse dos estudantes pela profissão *pari passu* a evasão acadêmica (Gatti, 2010) se configuram em elementos do temido “apagão do ensino médio”

conforme referido no relatório produzido pela Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação em 2007, conforme estudado por Nascimento (2011).

Em estudo anterior, verificou-se que, ao tratar da formação de professores em Ciências da Natureza e Matemática, deve-se levar em conta: a política para a educação superior; a forma como é histórica e culturalmente tratado o Ensino de Ciências da Natureza e da Matemática; as recentes mudanças no mundo do trabalho; e o *ethos* profissional marcado pela desvalorização da atividade docente em detrimento das carreiras de maior prestígio social (Nascimento, 2012).

Na contemporaneidade, as habilidades exigidas à formação se complexificam tornando, cada vez mais, os temas relacionados à diversidade e à inclusão caros e urgentes ao perfil profissional em tela, pois desafios atuais têm sido cada vez mais globalizados: o enfrentamento do preconceito racial e religioso, da xenofobia, da violência generalizada aos grupos minoritários. No contexto brasileiro, a sociedade vem se deparando, de maneira intensa, com a banalização da violência como gerenciadora da vida, em que o discurso do ódio é fortalecido através de jargões como “direitos humanos para humanos direitos”, “bandido bom é bandido morto”, constituindo-se, também, em uma tentativa de naturalizar o extermínio da população com deficiência, LGBTQIAPN+, negra e pobre.

Pelo exposto, com o objetivo de estimular os futuros professores nos processos de leitura e imersão nas áreas já mencionadas bem como extrair conteúdos proporcionados por plataformas digitais de excelência ao lado do aproveitamento de saberes e certificação para enriquecimento curricular, propôs-se, durante a ocorrência das disciplinas, a realização de um curso na modalidade EaD (sem tutoria), cujo conteúdo foi previamente avaliado e, em seguida, indicado pela docente, ofertado de modo gratuito por instituição pública. Esperava-se que, ao final do semestre, cada estudante finalizasse seu curso, apresentasse seu certificado e participasse de uma atividade avaliativa (autoavaliação) presencial referente à sua participação na disciplina em diálogo com as referências bibliográficas e objetivos da unidade curricular correspondente.

A proposição do curso extensionista não foi obrigatória, pois o estudante pôde optar por outro instrumento avaliativo (ensaio acadêmico, prova escrita presencial, por exemplo) que considerasse mais adequado à sua trajetória formativa. A avaliação, de caráter processual e formativo, configurou-se na apresentação de um seminário (trabalho coletivo) e na realização do curso de extensão na modalidade EaD cujo conteúdo estivesse relacionado aos objetivos da disciplina, com carga horária de 20 a 40 horas, em plataforma digital, seguido de autoavaliação.

Importante destacar que houve total adesão por este instrumento avaliativo por parte dos estudantes e que o campus dispõe de infraestrutura adequada para acessibilidade digital (laboratórios de Informática e acesso à internet).

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Química do IFRJ, campus Duque de Caxias, enfatiza que o processo formativo reside na formação do professor, cujo corpo conceitual baseia-se na compreensão sobre os fenômenos encontrados na realidade educacional que vão além do Ensino de Química (IFRJ, 2019). Seu desenho curricular proposto busca uma formação consistente de base científica e pedagógica. Esta proposta encontra eco nas Diretrizes Curriculares para a Formação Inicial de Professores em que o exercício da docência é concebido por “[...] conhecimentos e conceitos próprios da docência e das especificidades das diferentes áreas do conhecimento, incluindo o domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diferentes linguagens, tecnologias, evidências científicas e inovações [...]” (Brasil, 2024).

Para isso, no que se refere à unidade curricular Educação em Direitos Humanos, objetiva-se: a) compreender a relação entre educação, direitos humanos e cidadania, refletindo sobre seus aspectos históricos, legais e políticos; b) difundir a cultura de direito identificando o professor como agente potencialmente transformador da realidade na qual está inserido (IFRJ, 2021).

Em relação à Inclusão na Educação, faz-se necessário: a) garantir o espaço para os “coletivos de reflexão” (Bourdieu, 2004) sobre como a cultura e a política inclusiva se materializa no espaço escolar; e b) instrumentalizar os futuros professores para implementação de processos de ensino-aprendizagem efetivamente inclusivos.

Ambas as propostas dos componentes curriculares privilegiam a articulação das dimensões: científica, estética, técnica, ética e política expressas em conteúdos que versam sobre o contexto educacional, social, histórico, cultural e econômico da sociedade brasileira (Brasil, 2024). As disciplinas EDH e IE apresentam uma proposta curricular de base sólida. A primeira preconiza em seu ementário temas como:

fundamentos históricos dos Direitos Humanos, conceito de Direitos Humanos, Cidadania e Democracia: Direitos civis e políticos, Direitos econômicos e sociais, Direitos Difusos; Conhecendo a legislação: A Declaração Universal dos Direitos Humanos, A legislação e os Direitos Humanos no Brasil, Movimentos sociais e Direitos Humanos no Brasil, Direitos Humanos e Educação Inclusiva, Direitos Humanos e Educação para a Diversidade e Direitos Humanos e Prática docente (Ementário do PPC, 2021, p. 17)

Pelo exposto, busca-se impactar a formação discente na medida em que, no desenvolvimento da disciplina, os compromissos com a cultura dos direitos humanos se tornam evidenciados, como bem orientados por Oliveira e Queiroz (2016). A prática educativa requer a tomada de posição política de “educar para nunca mais”, rompendo a cultura do silêncio e vislumbrando a construção da cidadania a partir do protagonismo do sujeito acerca da sua história (Candau, et al., 2013).

Nosso tecido social é marcado pelas situações de bullying, pela homofobia promotora dos crimes relacionados à comunidade LGBTQIAPN+, pelo aumento dos crimes de feminicídio etc. Desse modo, ao lado da preocupação acerca da questão econômica, da histórica desigualdade social e da política de ameaça à retirada dos direitos que se espreita, tornando a população pobre cada vez mais vulnerável, o *ranking* ocupado pelo Brasil relacionado à garantia dos direitos humanos ainda indica um cenário preocupante.

Tudo isso é um aspecto da realidade que destoa dos tratados internacionais, os quais o país é signatário, e dos documentos legais produzidos a partir desse contexto para garantir o alcance de uma sociedade que prioriza a dignidade humana. Tosi (2000) chama a atenção para o fato de que, ao considerar a história dos direitos humanos, as declarações, os tratados e o aparato constitucional são insuficientes diante da distância para se efetivarem na história real. A educação em direitos humanos se configura em um imperativo da formação. Candau et al. (2013) ressaltam que este tipo de formação deve ser orientada pela “pedagogia do empoderamento”, pois:

Deve fortalecer as capacidades dos atores – individuais e coletivos – em níveis local e global, nacional e internacional, público e privado, para a sua afirmação como sujeitos no sentido pleno e para a tomada de decisões. Não é algo que possa ser feito a alguém por outra pessoa ou grupo. Quando ocorrem mudanças na autoconsciência e na autopercepção, podem ser mobilizadas energias e dinamismos que favorecem transformações explosivamente criativas e libertadoras. Reservas de esperança e ações propositivas são desencadeadas nas pessoas e grupos que estavam acostumados a olhar para si próprios e seus mundos numa perspectiva extremamente negativa e de desvalorização. (Candau et al., 2013, p. 39)

As autoras nos alertam que a EDH se apresenta como construção histórica, intrinsecamente relacionada às dinâmicas sociais, daí a necessidade de a formação dos educadores contemplar a perspectiva da educação emancipadora e dialógica, cuja intenção é o desenvolvimento da consciência do “sujeito de direitos” e da consolidação da cidadania ativa e participativa.

Nesta mesma direção, a disciplina IE aborda: “o conceito de Inclusão em Educação. A diversidade no cotidiano escolar. Políticas públicas para a inclusão na educação. Culturas e

práticas inclusivas no contexto escolar. A formação do professor para a inclusão na educação” (Ementário do PPC, 2021, p. 48). Neste sentido, e pelo fato da existência de disciplinas como: Gênero e Sexualidade, Introdução à História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e EDH, o enfoque da disciplina IE é direcionado à inclusão das pessoas com deficiência e demais necessidades educacionais específicas, sem negligenciar os aspectos relacionados à interseccionalidade (Akotirene, 2019) que multiplica as situações de vulnerabilidade.

Em outro estudo, verificou-se que a luta pelos direitos das pessoas com deficiência é histórica (Nascimento, 2025). Sassaki (2005, p. 01) nos informa que “[...] a cada época são utilizados termos cujo significado seja compatível com os valores vigentes em cada sociedade enquanto esta evolui em seu relacionamento com as pessoas que possuem este ou aquele tipo de deficiência.” O que expressa também concepções pedagógicas relacionadas à aprendizagem do público em tela. Assim, podemos perceber um período marcado pelo conceito de integração. Para Mantoan (2003), esta categoria é polissêmica e utilizada para diversas situações no âmbito escolar. No entanto, a autora ressalta o seu caráter de normalização. Ou seja, integrar relaciona-se à perspectiva de que aos alunos com deficiência cabe a adaptação das condições ora dadas e, a partir deste “sucesso”, os alunos poderiam frequentar as classes regulares, a despeito das suas necessidades específicas. Para a autora:

Em sua aproximação inicial, a inclusão escolar foi entendida sumariamente como a inserção dos estudantes com deficiência que frequentavam classes e escolas especiais nas turmas das escolas comuns. Conquanto ainda muitos a concebem assim, estamos chegando pouco a pouco à compreensão de seu mote: garantir o direito à diferença na igualdade de direitos à educação. (Mantoan, 2013, s. p.).

A inclusão configura-se no paradigma contemporâneo da educação e o ideal a ser almejado. A Convenção Internacional sobre as pessoas com deficiência (2007), ratificada pelo Brasil através do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, preconiza o respeito e a dignidade através: do reconhecimento igual perante a lei; do direito à vida; da acessibilidade para participação plena em sociedade; da conscientização para o fomento de uma cultura inclusiva; da não discriminação; dentre outros aspectos (Brasil, 2009).

Mais tarde, a Lei Brasileira de Inclusão, de 06 de julho de 2015, conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, corroborou a perspectiva que vem sendo construída no contexto da Constituição Federal brasileira (Brasil, 1988) que prioriza o direito à educação como fundamental e que se constitui a base dos demais direitos por instrumentalizar o sujeito no seu processo de empoderamento e autoadvocacia. Desse modo, a formação inicial de professores

adquire contornos relevantes para difundir este conceito e conceber o (a) futuro (a) professor (a) como potencial agente multiplicador da cultura inclusiva.

METODOLOGIA

No início do semestre, tem-se como primeira atividade o contrato pedagógico, onde são apresentados os objetivos (geral e específicos) da unidade curricular, a metodologia utilizada, a prática pedagógica como atividade prevista, o cronograma das atividades e os instrumentos utilizados para a avaliação.

Por se tratar de um curso de formação de professores, a participação ativa e o protagonismo discente adquirem maior relevância. Assim, a prática pedagógica é pautada nas metodologias ativas. Para Cunha et al. (2024), as metodologias ativas “[...] trazem consigo o enfoque problematizador como uma estratégia didática voltada para a integração de saberes teóricos e práticos na perspectiva de uma atitude crítica e reflexiva” (p. 03). A dinâmica da sala de aula é caracterizada por atividades que apresentem exemplos reais e proponham problematização através de debates e discussões acerca do material produzido sobre o campo teórico curricular. Para isso, faz-se necessário que se realize a leitura prévia dos textos trabalhados. Mais uma vez, os desafios da leitura se colocam como obstáculos para uma discussão mais qualificada, embasada e que supere o senso comum.

Neste cenário, os discentes são incentivados a realizar cursos na modalidade EaD (sem tutoria), de caráter extensionista, cujos temas dialogam diretamente com a proposta pedagógica dos componentes curriculares já descritos. Assim, ao analisar a potencialidade da extensão, Thiollent (2016) afirma que esse tipo de atividade exige interação entre os sujeitos, possibilitando espaços de criação coletiva a partir do diálogo acerca dessas experiências. O quadro 1 apresenta as etapas da metodologia utilizada nas disciplinas curriculares.

Quadro 1. Síntese da prática docente

Etapas	Descrição detalhada
Acolhimento	Apresentação individual dos participantes da sala de aula (docente e licenciandos).
Apresentação da ementa	Apresentação da ementa da unidade e estratégias de ensino-aprendizagem, e sua articulação com o perfil esperado para o (a) professor (a) de Química.
Cronograma	A partir do calendário oficial da graduação do IFRJ, a docente elabora o cronograma de atividades, incluindo a prática pedagógica (apresentação dos seminários) e a segunda atividade avaliativa (realização de curso extensionista com autoavaliação escrita ou ensaio acadêmico ou prova escrita).

Escolha do curso no formato EaD	Indicações de cursos gratuitos com inscrições abertas (com certificação), ofertados por instituições públicas de reconhecido valor científico e institucional.
Definição da trilha formativa	Inscrição no curso extensionista no início do semestre letivo. Apresentação do certificado de conclusão. Realização de autoavaliação presencial por escrito. Escolha dos cursos é individual, seguindo a trilha formativa.
Inclusão da atividade extensionista no currículo da Plataforma Lattes	Inclusão da atividade extensionista na Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Um momento da aula é dedicado para apresentá-la, descrever sua importância e incentivar a busca de temas de interesse e currículo dos pesquisadores bem como a realização de seu respectivo cadastro. Neste sentido, é possível que, com a finalização do curso extensionista, o estudante informe, em seu Currículo Lattes, esta atividade como formação complementar.

Fonte: elaborado pela autora.

Os cursos extensionistas indicados estão disponíveis nas seguintes plataformas digitais: Cursos online do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), da Escola Virtual de Governo, da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), AVAMEC e, mais recentemente, plataforma Aprenda Mais, ambos do Ministério da Educação (MEC).

O IFRS disponibiliza cursos, gratuitos e abertos, em sua plataforma *moodle*, em v'rios eixos: Ambiente e Saúde; Ciências Exatas; Ciências Humanas; Educação; Educação a Distância; Gestão e Negócios; Idiomas, Línguas e Literatura; Informática; Infraestrutura; Pré-IFRS: preparatório para as provas de ingresso no IFRS; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design; Recursos Naturais; e Turismo e Hospitalidade.

No que refere ao presente relato, os cursos dos eixos: Educação, Educação a Distância e Idiomas, Língua e Literatura dialogam diretamente com os conteúdos trabalhados, conforme quadro 2 abaixo:

Quadro 2. Cursos extensionistas – plataforma IFRS

Eixo	Cursos
Educação	Direitos Humanos, diversidade e contexto educacional. Cultura surda. Possibilidades para a fabricação digital de recursos de tecnologia assistiva de baixo custo na educação. Tecnologia assistiva no contexto educacional.
Educação à Distância	Acessibilidade de materiais didáticos em ambientes virtuais para a EaD; práticas na educação online.
Idiomas, Línguas e Literatura	Libras para professores. Libras: compreensão básica.

Fonte: a autora, pesquisa de campo.

A Escola Virtual de Governo (EV.G) é uma iniciativa da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e consiste na oferta de um conjunto de cursos concentrados de várias instituições da administração pública em “Portal Único de Governo”, conforme o quadro 3, com o objetivo de ofertar capacitação nas mais variadas áreas do conhecimento.

Quadro 3. Cursos extensionistas – plataforma EV. G

Instituição conteudista	Cursos
Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania	O conceito contemporâneo da deficiência e o modelo biopsicossocial. Acessibilidade na comunicação. Acessibilidade em espaços urbanos. Acessibilidade de usos públicos no Brasil. Introdução à Libras. Educação em Direitos Humanos. Enfrentamento e prevenção ao discurso de ódio e extremismo.
Ministério da Igualdade Racial.	Democracia e Lutas Antirracistas.
Enap – Escola Nacional de Administração Pública.	Introdução à Audiodescrição.
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.	Inclusão social e laboral das pessoas com deficiência intelectual ou transtorno do espectro autista.

Fonte: a autora, pesquisa de campo.

11

Os quadros apresentados são sugestões e possibilidades de realização de cursos, pois a oferta deles pode sofrer oscilações nos semestres, seja pela não abertura de turma ou pela diversificação dos temas. Entretanto, é importante destacar que o acesso a essas plataformas digitais se insere na formação dos licenciandos cujo capital informacional (Castells, 1996) é ampliado para que possa fazer uso das mesmas ao longo de toda a sua formação inicial e continuada.

As Plataformas AVAMEC e Aprenda Mais pertencem ao Ministério da Educação (MEC) e funcionam aos moldes da plataforma EV.G. A segunda faz parte de uma iniciativa mais recente, sendo o IFRS sua principal instituição conteudista. Com isso, as quatro plataformas digitais podem ser acessadas por qualquer cidadão, sem exigências de matrícula estudantil ou quaisquer outros vínculos institucionais, democratizando o conhecimento.

A inserção de cursos extensionistas na modalidade EaD na formação não substitui as disciplinas EDH e IE. Ao contrário, o acesso ao seu conjunto teórico enriquece os encontros presenciais e qualifica o debate propiciado a partir da problematização de situações reais. Todo

o curso realizado é anteriormente avaliado pela docente quanto à pertinência, viabilidade de realização, articulação com os saberes autóctones dos respectivos componentes curriculares. Habitualmente, os licenciandos indicam uns para os outros os cursos em que estão matriculados, permitindo a troca de experiências, de saberes e de informações.

A experiência docente busca se alinhar aos princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial dos Professores (Brasil, 2024) no que concerne: a) ao uso de Tecnologias de Informação e Comunicação, com vistas às habilidades digitais dos docentes através da utilização de espaços virtuais; b) ao destaque para a educação na perspectiva inclusiva; c) à atuação profissional baseada na ética e no respeito às diferenças; e d) à compreensão sobre seu futuro papel docente no contexto de desigualdades educacionais, sociais e econômicas.

RESULTADOS, AVALIAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA PRÁTICA DOCENTE

Para a avaliação da aprendizagem nas unidades curriculares dos cursos de graduação do IFRJ, faz-se necessária a adoção de dois instrumentos avaliativos, sendo um deles obrigatoriamente por escrito (IFRJ, 2022). Para as disciplinas EDH e IE, adota-se como primeira proposta: a) a apresentação de seminários como trabalho coletivo (de três a quatro licenciandos). Na primeira disciplina, os estudantes apresentam, para a docente e toda a turma, um projeto de Ensino de Química na perspectiva da Educação em Direitos Humanos, seguindo as orientações propostas por Oliveira e Queiroz (2016). Na segunda, o grupo discente elege um tema relacionado à inclusão das pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas, apresenta seus principais conceitos e uma proposta de Ensino de Química que valorize a acessibilidade nas suas diversas formas (comunicacional, metodológica, instrumental, curricular) a partir do conceito do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) (CAST, s. d.).

12

A segunda proposta avaliativa de ambas as unidades se refere à escolha entre a realização de um curso extensionista na modalidade EaD, já anteriormente descrito, e sua respectiva autoavaliação ou a adoção de outros instrumentos (como ensaio acadêmico ou prova escrita) que julgarem que tenham melhor viabilidade na execução. Cabe destacar que, desde sua implementação, a realização de tais cursos tem apresentado adesão de 100% dos estudantes inscritos nestes componentes.

No início, quando começou a ser adotada a prática docente de aproveitamento de curso extensionista, a participação em sala de aula, o engajamento do (a) estudante, durante os

debates, e a apresentação do respectivo certificado de conclusão, em data previamente acordada, constituíam-se na primeira parte avaliativa da unidade curricular. No entanto, no segundo semestre de 2025, na disciplina Inclusão na Educação - considerando que por ajustes de carga horária, a oferta de EDH pela docente foi até o segundo semestre de 2024 - a avaliação foi aperfeiçoada através da inserção de uma autoavaliação escrita e presencial como elemento formador.

Esta ação (a autoavaliação escrita), destinada aos discentes, investe no uso da palavra enquanto desenvolvimento do gosto estético, da expressão da liberdade, da aquisição dos conceitos e da sensibilidade relacionados à inclusão. Para Vigotski (1993), a palavra cumpre o papel de mediação dessa formação e, em seguida, torna-se símbolo. Seguindo as proposições deste autor, Oliveira (1992) afirma que tanto a formação da consciência quanto a construção de identidades são mediadas por símbolos, daí a importância da linguagem nos processos de formação. Pois:

Uma das ideias centrais e mais difundidas, de Vygotsky, é a ideia de que os processos mentais superiores são processos mediados por sistemas simbólicos, sendo a linguagem o sistema simbólico básico de todos os grupos humanos. A linguagem fornece os conceitos e as formas de organização do real que constituem a mediação entre o sujeito e o objeto do conhecimento. (Oliveira, 1992, p. 80).

A escrita organiza o real e possibilita ao sujeito sua apreensão crítica do contexto histórico, cultural e social. Torna-se, desse modo, um terreno fértil para a reflexão da emergência de uma cultura pautada na dimensão ética, em busca de uma sociedade justa e balizadora da dignidade humana.

O roteiro da autoavaliação seguiu as trilhas do conceito de professor reflexivo, ao considerar que a formação docente requer reflexão sobre a prática (Tardif e Moscoso, 2018). Assim, a autoavaliação seguiu um roteiro previamente elaborado, com apoio de plataforma de inteligência artificial generativa para sua organização, a fim de manter uma linguagem clara, que privilegiasse sete pontos relevantes da experiência formativa: 1) a compreensão dos conceitos relacionados à inclusão; 2) o conhecimento sobre legislação e direitos; 3) a postura e atitudes inclusivas; 4) a aplicação prática; 5) a participação e o engajamento nas atividades; 6) os desafios e as dificuldades do processo ensino-aprendizagem; e 7) síntese final, de modo a destacar os fatores mais relevantes do conjunto da unidade curricular (ementário, curso de extensão, debates em sala de aula etc).

No que tange aos conceitos relacionados à inclusão, a atividade verificou quais poderiam ser destacados (exemplos: deficiência, acessibilidade, inclusão, capacitismo) e o impacto dos

mesmos sobre sua formação. Igualmente importante foi o item sobre a legislação e direitos das pessoas com deficiência e de que modo o (a) futuro (a) professor (a) de Química poderia aplicá-lo em sua atuação profissional.

Sobre as possíveis mudanças comportamentais ocorridas durante a realização da disciplina/ curso, considerou-se relevante identificar se o licenciando, através de exemplos apresentados, se sentiu capaz de reconhecer atitudes capacitistas em ambientes sociais e espaços educacionais. A aplicação prática dos conceitos configurou-se ponto de atenção para indagar sobre as estratégias que podem ser utilizadas por docentes para tornar o espaço mais acessível.

A participação e o engajamento foram contemplados na escrita sobre sua percepção quanto às suas atitudes nas atividades propostas, no sentido de avaliar criticamente o nível de seu comprometimento ao longo da disciplina e a contribuição das leituras próprias do curso para isso.

Para concluir, solicitou-se, no roteiro, que o estudante escrevesse sobre os desafios e dificuldades relacionadas ao componente curricular, no que se refere à proposta metodológica, didática da docente, bem como a qualidade (conteúdo e forma) do curso de extensão realizado.

Na experiência docente anteriormente descrita, dos 177 estudantes matriculados nas unidades curriculares Educação em Direitos Humanos e Inclusão na Educação, 137 estudantes se inscreveram e realizaram os cursos na modalidade EaD. Importante destacar que esta quantidade representa a adesão de 100% do público matriculado e que cursou a disciplina integralmente. Além da adesão, todos os participantes dos cursos concluíram as disciplinas e vice-versa.

As reprovações (40 licenciandos) se deram por desistência no início do período letivo, sem frequentar sequer as aulas. Importante destacar os processos que precisam ser aperfeiçoados na vida acadêmica, como a possibilidade de trancamento de disciplinas, a qualquer tempo, que possam concorrer com outras atividades consideradas, no semestre, de maior prioridade ao lado da demanda por pesquisas que investiguem as causas da histórica evasão nos componentes curriculares do curso.

É preciso considerar que a vivência da sala de aula enriqueceu as atividades de gestão, pois a metodologia de aproveitamento de cursos extensionistas se expandiu para outras práticas fora da sala de aula. Ao coordenar o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do IFRJ/ campus Duque de Caxias por cerca de oito anos e fazer parte do Grupo de Trabalho de Acessibilidade e Inclusão, nomeado pela Portaria nº 88/2021 para a elaboração da

Política de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão do IFRJ, a autora contribuiu para a elaboração da minuta e posterior aprovação da Resolução nº 125/2023 que versa sobre o tema, possibilitando a identificação das demandas de inclusão da referida instituição. Desse modo, em outro estudo (Carlou e Nascimento, 2025, p. 04) consideraram que:

Na esteira do atendimento às demandas reprimidas, a aprovação, em 2023, da Política de Educação Especial Inclusiva do IFRJ representou uma inflexão nesse cenário, institucionalizando procedimentos de matrícula com identificação das NEE, orientações pedagógicas sistematizadas, acompanhamento pela Coordenação Geral - CGNAPNE e priorização orçamentária para ações de acessibilidade.

Dentre essas ações, destaca-se o Programa de Monitoria de Inclusão do IFRJ, que se inspirou nas experiências advindas da Coordenação do NAPNE do referido campus e se ampliou para os demais campi. Assim, este programa conta com a contratação de 100 monitores acadêmicos, conforme Edital Proex 07/2024, no qual - seguindo a metodologia adotada pela docente durante sua prática em sala de aula - parte da sua carga horária ($\frac{1}{4}$) é destinada às reuniões de planejamento e cursos de formação, dentre eles, o aproveitamento dos cursos extensionistas na modalidade EaD.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática docente ora apresentada tem buscado contribuir para processos formativos humanizados, construídos em relação dialógica, na perspectiva freireana. Cursos de extensão são sugeridos pelos licenciandos e inseridos no portfólio de indicação. Por vezes, suas experiências residem em leituras autônomas, de cursos ainda não realizados pela docente, apresentando assim novos conhecimentos que impactam na formação continuada da autora.

Assim, o conhecimento é mútuo, incorporando no fazer pedagógico novas aprendizagens relacionadas às ferramentas digitais, ao campo teórico da inclusão e dos direitos humanos e às metodologias do processo de ensino e aprendizagem. Assim, é possível contribuir para a formação dos (as) futuros (as) professores (as) de Química, que reconheçam a importância do seu saber específico, mas também dos elementos que compõem a essencialidade da docência e a conclusão de que não existe ensino sem aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Texto revisto pelo autor com a colaboração de Patrick Champagne e Etienne Landais; tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: UNESP, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 3 jun. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/resolucoes-do-cne/cp/2024/rcp004_24.pdf. Acesso em: 7 jun. 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 7 jun. 2026.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 7 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 7 jun. 2026.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 7 jun. 2026.

CANDAU, Vera Maria et al. **Educação em direitos humanos e formação de professores (as)**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

CARLOU, Amanda; NASCIMENTO, Andrea Silva do. Impacto da LBI e da política do IFRJ na inclusão de seus estudantes com NEE. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 11.; ENCONTRO NACIONAL DOS PESQUISADORES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 13., 2025, São Carlos, SP. **Anais [...]**. São Carlos, SP: UFSCar, 2025. Disponível em: <http://www.even3.com.br/anais/xi-congresso-brasileiro-de-educacao-especial-xi-cbee-xiii-encontro-nacional-dos-pesquisadores-da-educacao-especial-xiii-enpee-546093/1261525-IMPACTO-DA-LBI-E-DA-POLITICA-DO-IFRJ-NA-INCLUSAO-DE-SEUS-ESTUDANTES-COM-NEE>. Acesso em: 7 jun. 2026.

CAST. **Universal Design for Learning**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.cast.org/what-we-do/universal-design-for-learning/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer; atualizada para 6. ed. por Jussara Simões. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1). São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CUNHA, Marcia Borin da; OMACHI, Nathalie Akie; RITTER, Olga Maria Schmidt; NASCIMENTO, Jéssica Engel do; MARQUES, Glessyan de Quadros; LIMA, Fernanda Oliveira. Metodologias ativas: em busca de uma caracterização e definição. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 40, e39442, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/cSQY74VPYPJCvNLQdv4HZYn/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 7 jun. 2026.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). **Catálogo de cursos da Escola Virtual de Governo (EV.G)**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.escolavirtual.gov.br/catalogo>. Acesso em: 7 jun. 2026.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ). **Monitoria de Inclusão em Educação – Seleção 2024**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2024. Disponível em: <https://portal.ifrj.edu.br/editais/monitoria-inclusao-educacao-selecao-2024>. Acesso em: 7 jun. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ). **Resolução CONSUP nº 125, de 5 de junho de 2023**. Aprova a Política de Educação Especial Inclusiva no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IFRJ, 2023. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/PROEX/resolucao_125-2023_-_politica_de_educacao_especial_inclusiva.pdf. Acesso em: 7 jun. 2026.

17

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ). **Resolução CONSUP/IFRJ nº 99, de 10 de outubro de 2022**. Aprova o Regulamento do Ensino de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IFRJ, 2022. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/PROGRAD/resolucao_n_99_10_10_2022_reg_ensino_de_graduacao.pdf. Acesso em: 7 jun. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ). **Ementário das unidades curriculares obrigatórias e optativas do curso de Licenciatura em Química – Campus Duque de Caxias**. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, 2021. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/PROGRAD/2020_1-ementario_unidades_curriculares_obrigatorias_e_optativas_lq_ifrj_duque_de_caxias.pdf. Acesso em: 7 jun. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ). **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Química – Campus Duque de Caxias**. Rio de Janeiro: IFRJ, 2019. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/PROGRAD/ppc_1_parte_lq_campus_duque_de_caxias_2019_1_v9_o.pdf. Acesso em: 7 jun. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO (IFRJ). Portaria nº 88, de 8 de outubro de 2021. Institui Grupo de Trabalho sobre Acessibilidade e Inclusão. Rio de Janeiro: IFRJ, 2021. Disponível em: <http://boletimdeservico.ifrj.edu.br/ifrj/boletim/listar>. Acesso em: 7 jun. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. **Todos os cursos**. Moodle IFRS, [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://moodle.ifrs.edu.br/course/index.php>. Acesso em: 7 jun. 2026.

LIMA, Maria Socorro Lucena; PIMENTA, Selma Garrido. Estágio e docência: diferentes concepções. **Póiesis Pedagógica**, Catalão, v. 3, n. 3-4, p. 5-24, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Diferenciar para incluir ou para excluir? Por uma pedagogia da diferença. **Diversa: educação inclusiva na prática**, 29 out. 2013. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/diferenciar-para-incluir-ou-para-excluir-por-uma-pedagogia-da-diferenca/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Não há mal que sempre dure**. Campinas: Faculdade de Educação, Unicamp, 2003. Disponível em: http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep403/nao_ha_mal_que_sempre_dure.htm. Acesso em: 7 jun. 2026.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Aprenda Mais**. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://aprendamais.mec.gov.br/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

NASCIMENTO, A. S. Percurso formativo, trabalho docente e subjetividade. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10., 2011, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Educere, 2011.

NASCIMENTO, Andréa Silva do. **“Além da Linha Vermelha” – um estudo sobre formação de professores em Física, Química e Matemática na interface das políticas públicas e do mundo do trabalho**. 2012. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

NASCIMENTO, A. S. **Monitoramento das políticas públicas de educação especial inclusiva no contexto dos Institutos Federais**. 2025. Projeto de Pesquisa – Edital Integrado IFRJ, 2025.

OLIVEIRA, Roberto Dalmo Varallo Lima de; QUEIROZ, Glória Regina Pessoa Campello. O cotidiano, o contextualizado e a Educação em Direitos Humanos: a escolha de um caminho para uma Educação cidadã cosmopolita. **Revista Ibero-americana de Educação**, v. 71, n. 1, p. 75-96, 2016. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/49>. Acesso em: 7 jun. 2026.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. O problema da afetividade em Vygotsky. In: TAILLE, Yves La; OLIVEIRA, Marta Kohl; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.

RUIZ, Antonio Ibañez; RAMOS, Mozart Neves; HINGEL, Murílio de Avellar. **Escassez de professores no ensino médio: propostas estruturais e emergenciais**. Relatório produzido pela Comissão Especial instituída para estudar medidas que visem a superar o déficit docente no Ensino Médio (CNE/CEB). Brasília, DF: Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação, 2007. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/escassez1.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2026.

SASSAKI, Romeu. **Como chamar as pessoas com deficiência**. 2005. Disponível em: <https://campanhas.cnb.org.br/wp-content/uploads/2015/04/comochamaras pessoas.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2026.

SILVA, Maria José de Oliveira; PEREIRA, Sueli Menezes. Licenciatura: escolha ou falta de opção. **Revista Exitus**, Santarém, v. 10, e0201253, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602020000100217. Acesso em: 7 jun. 2026.

TARDIF, Maurice; MOSCOSO, Javier Nunez. A noção de “profissional reflexivo” na educação: atualidade, usos e limites. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 48, n. 168, p. 388-411, abr./jun. 2018. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/5271/pdf>. Acesso em: 7 jun. 2026.

THIOLLENT, Michel Jean Marie. Por uma melhoria da extensão universitária. **CCNEX – Revista de Extensão**, Santa Maria, v. 3, n. 1, p. 44-49, 2016.

TOSI, Giuseppe. Algumas questões acerca da história dos direitos humanos. In: OLIVEIRA, Isabel Ribeiro (org.). **Contemporaneidade e Educação: revista semestral de Ciências Sociais e Educação**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada (IEC), ano V, n. 8, 2. sem. 2000.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wVchYRqNFkssn9WqQbj9sSG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 7 jun. 2026.